



Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
Secretaria de Comércio e Serviços
Departamento Nacional de Registro do Comércio

00-2014/ 3 5 6 8 1 0 - 8
JUCERJA

14 out 2014 12:04
Guia: 101336949

3330030481-9 Atos: 980
ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A

HASH: 014103568108T
Junta » Calculado: 417,00 Pago: 417,00
DNRC » Calculado: 0,00 Pago: 0,00

NIRE (da sede ou da filial, quando a sede for em outra UF)	CÓDIGO DA NATUREZA JURÍDICA	Nº DE MATR. AUXILIAR
33.3.0030481-9	(vide Tabela 1)	2

Cumprir a exigência no mesmo local de entrada.
ULT. ARQ.: -

1 - REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NOME: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S.A.
(da empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

869 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33.3.0030481-9
Protocolo: 00-2014/356810-8 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO.

ED33000570-2/000
DATA: 15/10/2014

Valéria G. M. Serra
SECRETÁRIA GERAL

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: CAROLINE RAMOS CARDOSO DA SILVA

Assinatura:

Telefone de contato: (21) 3536-3150

RIO DE JANEIRO

Local

14 / 10 / 2014

Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) Igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.
A decisão.

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.
(Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

☒ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal
Presidente da Turma

Vogal

Vogal

OBSERVAÇÕES:

FORTAN GRÁFICA

REF.: 311

AUTORIZAÇÃO ABIGRAF Nº 3

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



3

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO
PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA,**

CELEBRADA ENTRE

ODEBRECHT AMBIENTAL - MACAÉ S.A.,

COMO EMISSORA,

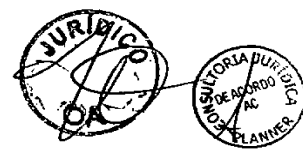
E

**PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.,**

COMO AGENTE FIDUCIÁRIO E REPRESENTANTE DOS DEBENTURISTAS

**DATADA DE
13 DE OUTUBRO DE 2014**

Handwritten signature and initials.



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAÉ S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



869278

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA

Pelo presente instrumento particular,

De um lado,

ODEBRECHT AMBIENTAL - MACAÉ S.A., sociedade anônima sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ruy Barbosa, nº 1.011, Cobertura, apto 601, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.002.138/0001-22, neste ato, representada por seus representantes legais, na forma de seu estatuto social ("Emissora");

E, de outro lado,

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar – Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu contrato social, representando a comunhão dos Debenturistas, conforme definido a seguir, da presente emissão ("Agente Fiduciário");

vêm, por esta, e na melhor forma de direito, celebrar o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Espécie Quirografária" ("Escritura"), conforme as cláusulas e condições descritas abaixo.

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

Esta Escritura é celebrada com base em deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 13 de outubro de 2014 ("AGE"), em que foram deliberadas as condições da Emissão (conforme abaixo definido).

**CLÁUSULA II
REQUISITOS**

A 1ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da espécie quirografária, emitidas em forma nominativa e escritural ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), será realizada com observância dos seguintes requisitos, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAÉ S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



869279

1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e pela Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM nº 476" e "Oferta Restrita", respectivamente).

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE que deliberou sobre a Emissão, incluindo a Remuneração e a quantidade de Debêntures, será devidamente arquivada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal Diário Mercantil, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.2. Arquivamento da Escritura e de Eventuais Aditamentos

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCERJA, conforme disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Emissora enviar, ao Agente Fiduciário, 1 (uma) via original da Escritura e eventuais aditamentos devidamente arquivados na JUCERJA, no prazo de 2 (dois) dias úteis contado de seu arquivamento.

2.3. Registro para Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

2.3.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição no mercado primário por meio do "MDA" – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do "CETIP 21" – Módulo de Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP 21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, observadas as condições restritas de negociação, conforme Instrução CVM nº 476.

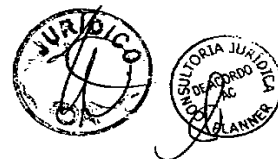
2.4. Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.4.1. Diante da ausência de regulamentação específica do Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do Novo Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Novo Código ANBIMA"), a presente Emissão está dispensada do registro mencionado no artigo 1º, §2º do Novo Código ANBIMA.

CLÁUSULA III
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o estatuto social da Emissora, seu objeto social compreende: (i) a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários no Município de Macaé, e todas as atividades a ela atinentes e correlatas, inclusive a exploração de fontes de receitas




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



extraordinárias, tais como as receitas alternativas, complementares, acessórias ou oriundas de projetos associados; e (ii) a prestação de serviços de gestão comercial dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Macaé, e todas as atividades a ela atinentes e correlatas, inclusive a medição, o cálculo, o faturamento e a cobrança do consumo de água dos usuários, a aquisição, a instalação, a manutenção e a troca de hidrômetros das unidades prediais dos usuários, a gestão do cadastro dos usuários e a manutenção e operação da estrutura de atendimento aos usuários dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

3.2. Destinação dos Recursos da Emissão

Os recursos desta Emissão deverão ser utilizados, pela Emissora, (a) no pagamento da totalidade das 42 (quarenta e duas) notas promissórias emitidas no âmbito da 2ª emissão da Emissora de notas promissórias para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, em série única; (b) no investimento no sistema de esgotamento sanitário do Município de Macaé, em atendimento às metas estabelecidas no “Contrato de Parceria Público-Privada – PPP na Modalidade Concessão Patrocinada”, celebrado em 5 de novembro de 2012 (“Contrato de Concessão”); e (c) ao reforço de capital de giro da Emissora.

3.3. Número da Emissão

Esta Escritura constitui a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.4. Número de Séries

A Emissão será realizada em série única (“Série Única”).

3.5. Valor Total da Emissão

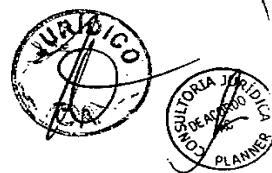
O valor total da Emissão, na Data de Emissão (conforme definido abaixo), é de R\$47.000.000,00 (quarenta e sete milhões de reais).

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

O banco liquidante da presente Emissão será o Itaú-Unibanco S.A. (“Banco Liquidante”) e o escriturador das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A. (“Escriturador Mandatário”).

3.7. Colocação, Procedimento e Registro de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”), sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, nos termos do “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples,




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



869281

Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária”, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Colocação”).

- 3.7.2. O Coordenador Líder poderá procurar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, definidos a seguir, sendo possível a subscrição ou aquisição das Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.
- 3.7.3. Nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 476, a oferta pública com esforços restritos da Emissão está automaticamente dispensada de registro na CVM.
- 3.7.4. A Emissora obriga-se a: (i) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (ii) informar ao Coordenador Líder, até o dia útil imediatamente subsequente à ocorrência, qualquer contato que receba de potencial investidor que venha a manifestar seu interesse na Oferta Restrita.
- 3.7.5. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM nº 476, nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Investidores Qualificados”).
- 3.7.6. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ser aumentadas em nenhuma hipótese.
- 3.7.7. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM nº 476. Somente Investidores Qualificados poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 15 da Instrução CVM nº 476, condicionado ainda, ao cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM nº 476.
- 3.7.8. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições.
- 3.7.9. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, tampouco existirão reservas antecipadas, nem sequer fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.
- 3.7.10. A colocação das Debêntures estará sujeita ao cumprimento das condições precedentes estabelecidas no Contrato de Colocação, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder.




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

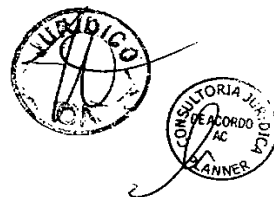
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



CLÁUSULA IV
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

- 4.1.1. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), na Data de Emissão, conforme definida a seguir ("Valor Nominal Unitário").
- 4.1.2. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 47 (quarenta e sete) Debêntures, em Série Única.
- 4.1.3. Forma. As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
- 4.1.4. Comprovação de Titularidade. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por essa, extrato em nome de cada um dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"), que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 4.1.5. Espécie. As Debêntures são da espécie quirografária.
- 4.1.6. Conversibilidade. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações.
- 4.1.7. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão das Debêntures será em 20 de outubro de 2014 ("Data de Emissão").
- 4.1.8. Prazo e Data de Vencimento. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, previstas na Cláusula V desta Escritura, e de Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativos, em conformidade com o item 4.10 abaixo, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures por seu Valor Nominal Unitário ou, se for o caso, saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão (inclusive), em 27 de outubro de 2015 ("Data de Vencimento").
- 4.1.9. Preço de Subscrição e Integralização. O preço de subscrição e integralização das Debêntures será o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração *pro rata temporis* incidente desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição, nos termos do item 4.5 abaixo.
- 4.1.10. Forma de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, na Data da Subscrição, conforme definido a seguir, em moeda corrente nacional, de acordo com os procedimentos da CETIP.




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAÉ S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



869283

- 4.1.11. Prazo da Oferta Restrita. A Oferta Restrita terá início a partir da data de envio à CVM, pelo Coordenador Líder, da comunicação de início prevista no artigo 7º-A da Instrução CVM nº 476 e encerrar-se-á em até 6 (seis) meses de seu início.
- 4.2. Condições de Negociação das Debêntures. Os Debenturistas poderão livremente transferir, ceder, alienar, sob qualquer forma, as Debêntures, desde que observadas as seguintes condições: (i) transcurso do prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de cada subscrição ou aquisição das Debêntures pelo investidor, observado o cumprimento do artigo 17 da Instrução CVM nº 476; e (ii) negociação apenas entre Investidores Qualificados.
- 4.3. Suporte de Acionista. Nos termos do Contrato de Suporte de Patrocinadora, firmado, nesta data, entre a Odebrecht Ambiental S.A. ("OA"), o Agente Fiduciário e, na qualidade de interveniente, a Emissora ("Contrato de Suporte"), em caso de inadimplemento pela Emissora de qualquer de suas obrigações pecuniárias no âmbito desta Escritura, a OA deverá aportar recursos na Emissora, nos termos previstos no Contrato de Suporte.
- 4.4. Atualização Monetária do Valor Nominal Unitário. O Valor Nominal Unitário de cada Debênture não será atualizado monetariamente.
- 4.5. Remuneração das Debêntures. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado de cada uma das Debêntures, conforme aplicável, incidirão juros remuneratórios, correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia over extra grupo, base 252 (duzentos e cinquenta) dias, calculadas e divulgadas pela CETIP, em seu informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de um *spread* ou sobretaxa de 1,85% a.a. (um inteiro e oitenta e cinco centésimos por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados desde a Data de Emissão ("Remuneração"), e pagos na Data de Vencimento, conforme acima.

O período de capitalização é o intervalo de tempo compreendido entre a Data de Emissão e a Data de Vencimento das Debêntures ("Período de Capitalização"). A Remuneração referente a cada Período de Capitalização será paga ao fim do Período de Capitalização, ou seja, em 27 de outubro de 2015.

O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



869284

10

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture não amortizado, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação, acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

n = número total de Taxas DI, consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n", um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

Fator Spread = sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right\}$$




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



869285

onde:

spread = 1,8500;

DP = é o número de dias úteis entre a Data de Emissão ou último pagamento, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP", um número inteiro.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante, até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

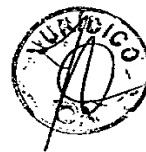
4.5.1. Farão *jus* aos pagamentos, aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior à data de pagamento.

4.6. Amortização das Debêntures

4.6.1. Não haverá amortização programada para as Debêntures. O Valor Nominal Unitário será pago em uma única parcela na Data de Vencimento, ressalvadas as hipóteses previstas nos itens 4.10, 5.1 e 5.3 abaixo.

4.7. Indisponibilidade ou Extinção da Taxa DI

4.7.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada automaticamente em seu lugar a taxa média ponderada e ajustada das operações de financiamento por um dia, lastreadas em títulos públicos federais, cursadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, divulgada no Sistema de Informações do Banco Central - SISBACEN, transação PEFI300, opção 3 - Taxas de Juros, opção SELIC Taxa-dia SELIC ("Taxa SELIC") ou, na ausência da Taxa SELIC, aquela que vier a substituí-la.




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

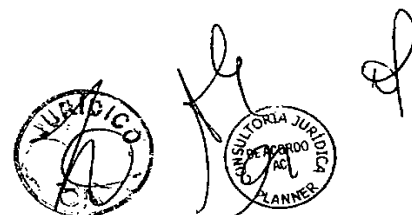
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



869286

12

- 4.7.2. No caso de extinção, indisponibilidade temporária ou ausência de apuração da Taxa SELIC por mais de 10 (dez) dias úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Caso não haja um parâmetro legal substituto para a Taxa SELIC, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o final do referido prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de extinção ou da impossibilidade legal de aplicação da Taxa SELIC, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a legislação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação desse parâmetro, será utilizada para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa SELIC oficialmente divulgada até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.
- 4.7.3. Caso a Taxa SELIC venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.7.12, acima, a referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa SELIC, a partir de sua divulgação, passará novamente a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.
- 4.7.4. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.7.1 acima, não haja acordo entre a Emissora e os Debenturistas sobre a Taxa Substitutiva, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida dentre:
- (a) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), pelo saldo do Valor Nominal Unitário nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e encargos moratórios, se for o caso, calculados *pro rata temporis*, excluída a incidência de qualquer prêmio ou penalidade. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa SELIC conhecida; ou
 - (b) a Emissora utilizará uma taxa de Remuneração substituta a ser definida pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, sendo que a taxa de remuneração substituta definida na Assembleia Geral de Debenturistas deverá estar alinhada com a prática usual de mercado à época. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa SELIC.



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



4.8. Condições de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados conforme disposto nos itens a seguir:

- 4.8.1. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fizerem *jus* as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, conforme datas previstas nesta Escritura, utilizando-se (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (ii) os procedimentos adotados pelo Banco Liquidante, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 4.8.2. Multa e Encargos Moratórios. Em caso de atraso no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória, de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, acrescido da Remuneração, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").
- 4.8.3. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto no item 4.8.2, acima, uma vez realizado o pagamento, pela Emissora, do valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, o não recebimento, pelo Debenturista, de tais valores não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo pagamento.
- 4.8.4. Imunidade ou Isenção Tributária. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie a referida documentação no prazo determinado, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

4.9. Repactuação

As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada.

4.10. Resgate Antecipado Total ou Amortização Parcial Facultativos

- 4.10.1. A Emissora, a seu exclusivo critério, poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, conforme deliberação em Assembleia Geral de acionistas da Emissora, realizar o resgate antecipado total ou a amortização parcial das Debêntures, mediante notificação ao Agente Fiduciário e comunicação aos Debenturistas, nos termos




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



14

do item 10.6 desta Escritura, com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência ("Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativos").

4.10.2. Na notificação do Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativos deverão constar (i) a data do Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativos, e (ii) o valor correspondente ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures, sendo que no caso da Amortização Parcial Facultativa, limitado a 95% (noventa e cinco por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido (a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* entre a Data de Emissão e a data de seu efetivo pagamento; e, se for o caso, (b) do prêmio de reembolso a ser calculado de acordo com o item 4.10.3, abaixo ("Prêmio de Reembolso").

4.10.2.1. Independentemente de seu valor, o montante da amortização parcial facultativa prevista neste item 4.10 deverá contemplar proporcionalmente – ainda que realizado *pro rata* –, todas as Debêntures, objeto da amortização parcial facultativa.

4.10.3. Na hipótese de Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativos, nos termos previstos neste item 4.10, sem que os recursos utilizados em referido resgate antecipado ou amortização parcial tenham sido oriundos (i) de financiamento contratado com a Caixa Econômica Federal, no montante mínimo de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais) ("Financiamento de Longo Prazo"); e/ou (ii) financiamento de longo prazo, em complemento ao Financiamento de Longo Prazo, para o projeto de esgotamento sanitário objeto do Contrato de Concessão, será devido, pela Emissora aos Debenturistas, Prêmio de Reembolso por ocasião de referido Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativos, equivalente a 1% (um por cento) do efetivo valor do Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativos.

4.10.4. A CETIP deverá ser comunicada, pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, da realização do Resgate Antecipado ou Amortização Parcial Facultativos, inclusive sobre a incidência do Prêmio de Reembolso, nos termos do item 4.10.3 acima, com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência.

4.10.5. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

4.11. Aquisição Facultativa

4.11.1. A Emissora poderá adquirir Debêntures em Circulação, conforme definido a seguir, desde que cumpridas as regras e determinações legalmente exigidas. As Debêntures que forem adquiridas poderão ser canceladas, mantidas em tesouraria ou novamente colocadas no mercado. Caso sejam novamente colocadas no mercado farão *jus* à mesma remuneração das demais Debêntures em Circulação.




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



869289

4.12. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

CLÁUSULA V
VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido da Remuneração devida desde a Data da Emissão ou data do último pagamento, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais Encargos Moratórios, caso aplicável, observados os procedimentos descritos nos itens 5.2 e 5.3 abaixo, na ocorrência de qualquer dos seguintes eventos ("Evento de Vencimento Antecipado"):

- (a) (i) pedido de autofalência, decretação de falência da Emissora ou ajuizamento de pedido de falência contra esta, não contestado no prazo legal e que acarrete a decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de recuperação judicial ou apresentação para discussão junto a credores ou homologação de plano de recuperação extrajudicial formulado pela Emissora; ou (iii) pedido de liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- (b) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária decorrente desta Escritura, não sanado em até 2 (dois) dias úteis contados da respectiva data de vencimento;
- (c) transferência, cessão ou promessa de cessão, pela Emissora a terceiros, de qualquer direito ou obrigação da Emissora previsto nesta Escritura, sem a prévia anuência, por escrito, da totalidade dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral;
- (d) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (e) modificação do objeto social da Emissora disposto em seu Estatuto Social, sem prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, de maneira que: (i) altere substancialmente as atividades atualmente praticadas e o ramo de negócios atualmente explorado pela Emissora; e (ii) afete substancialmente a capacidade de pagamento pela Emissora de suas obrigações relativas às Debêntures;
- (f) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, necessárias e que afetem de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se tiver sido




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



869290

16

tempestivamente tomada medida competente para renovar ou reverter o respectivo cancelamento, revogação ou suspensão no prazo de 30 (trinta) dias contados do cancelamento, não revogação ou suspensão;

- (g) incorporação, fusão, cisão, reorganização societária ou venda de participação societária que acarrete em alteração do atual controle societário da Emissora, sem prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral específica para este fim, por meio da(s) qual(is) a Odebrecht S.A. comprovadamente deixe de controlar, direta ou indiretamente, a Emissora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações);
- (h) distribuição de dividendos, juros sobre capital ou qualquer outra participação no lucro, a qualquer título, de dividendos pela Emissora em caso de inadimplência no pagamento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária das Debêntures nas datas previstas nesta Escritura, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório, previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanado em até 20 (vinte) dias, contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido enviada pelo Agente Fiduciário;
- (j) redução do capital social da Emissora sem observância do disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (k) descumprimento, pela Emissora e/ou pela OA, de qualquer de suas obrigações previstas no Contrato de Suporte, não sanado em até 20 (vinte) dias, contados da data de recebimento, pela Emissora, de notificação neste sentido enviada pelo Agente Fiduciário;
- (l) inadimplemento de obrigação pecuniária decorrente de qualquer contrato de financiamento do qual a Emissora seja parte, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente, a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda, ou que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, no agregado, a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) ou seu equivalente em outra moeda, não sanado no prazo de cura aplicável à respectiva dívida ou, na sua ausência, em até 10 (dez) dias úteis, ressalvado que não será considerada vencida qualquer dívida em caso de obtenção de decisão judicial que revogue ou suspenda a exigibilidade dos respectivos valores;
- (m) protesto de títulos contra a Emissora e/ou quaisquer de suas controladas cujo valor não pago, individual ou no agregado, ultrapasse R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou quaisquer de suas controladas, ou se for suspenso ou cancelado,

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



869291

17

ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da data do respectivo protesto;

- (n) não cumprimento de quaisquer sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado contra a Emissora e/ou quaisquer de suas controladas que (i) impactem de forma adversa e relevante as operações da Emissora; e (ii) resultem no pagamento de valor, individual ou no agregado, superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou equivalente em moeda estrangeira;
- (o) não destinação, pela Emissora, dos recursos líquidos captados com a Oferta estritamente nos termos do item 3.2 acima;
- (p) rescisão do Contrato de Concessão por ato do Poder Concedente, cujos efeitos não sejam suspensos por decisão judicial ou administrativa dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da declaração da rescisão, caducidade e/ou encampação; e
- (q) suspensão do Contrato de Concessão pelo Poder Concedente, ou qualquer tipo de intervenção, pelo Poder Concedente, na Emissora, cujos efeitos não sejam suspensos por decisão judicial ou administrativa dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da suspensão ou intervenção.

- 5.2. Ocorrendo qualquer Evento de Vencimento Antecipado, deverá ser convocada, em até 2 (dois) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de deliberar sobre o eventual vencimento antecipado das Debêntures com base no respectivo Evento de Vencimento Antecipado.
- 5.3. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 5.2 anterior somente poderá impedir que o evento ocorrido enseje o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação.
- 5.4. Na hipótese de (i) não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 5.2 desta Escritura, em primeira e em segunda convocação, por falta de quorum; ou (ii) não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 5.3 acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, por meio de simples comunicação à Emissora, sujeitando a Emissora ao imediato pagamento das Debêntures, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, devendo a Emissora efetuar o respectivo pagamento, na forma do item 5.1 acima, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da comunicação feita pelo Agente Fiduciário à Emissora.

15



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2




CLÁUSULA VI
OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

18

6.1. Obrigações Adicionais da Emissora

Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir, conforme aplicável, as disposições abaixo:

- (a) cumprir todos os requisitos e obrigações estabelecidos nesta Escritura e na regulamentação vigente, inclusive os previstos na Instrução CVM nº 476;
- (b) comunicar o Agente Fiduciário qualquer inadimplemento quanto ao cumprimento de qualquer de suas obrigações referentes às Debêntures;
- (c) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços anuais ao exame de empresa de auditoria independentes, registrada na CVM;
- (d) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, no prazo de 3 (três) meses, contados do encerramento de seu exercício social e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, contados de sua disponibilização, conforme estabelecido pela Instrução CVM nº 476;
- (e) encaminhar ao Agente Fiduciário as demonstrações financeiras mencionadas na alínea "d" acima, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados de sua divulgação;
- (f) convocar, nos termos desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (g) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas para assegurar-lhes tratamento eficiente;
- (h) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito no item 3.2 desta Escritura;
- (i) encaminhar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");

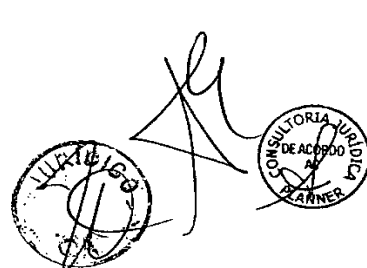

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



- 19
- (j) cumprir todas as determinações emanadas da CVM e/ou pela CETIP, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
 - (k) manter contratado, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio da CETIP;
 - (l) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
 - (m) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura;
 - (n) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário;
 - (o) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias, inclusive ambientais, ao seu regular funcionamento, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não resultem em impacto adverso relevante para suas atividades, ou para sua capacidade em honrar tempestivamente as obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, exceto se tiver sido tempestivamente tomada medida competente para renovar ou reverter o respectivo cancelamento, revogação ou suspensão, cujos efeitos sejam suspensos ou revertidos por decisão administrativa ou judicial dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data do cancelamento, da revogação ou da suspensão; e
 - (p) exceto pela possibilidade de contratação de financiamento de longo prazo junto à Caixa Econômica Federal, não contratar, sem prévia expressa anuência dos titulares Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, financiamento(s) em valor superior, no agregado, a (i) R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), no caso de financiamento(s) com prazo de vencimento anterior à Data de Vencimento; ou (ii) R\$45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), no caso de financiamento(s) com prazo de vencimento posterior à Data de Vencimento.

17




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2

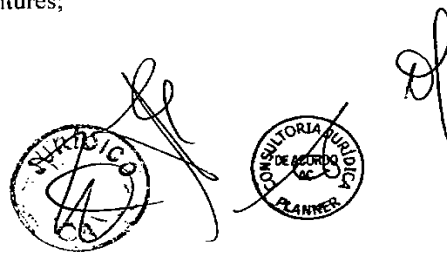


CLÁUSULA VII DECLARAÇÕES E GARANTIAS

7.1. A Emissora, neste ato, declara e garante que:

20

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à celebração desta Escritura, do Contrato de Suporte e do Contrato de Colocação das Debêntures, bem como à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura, no Contrato de Suporte e no Contrato de Colocação, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) esta Escritura e o Contrato de Colocação constituem, e cada um dos documentos a serem entregues nos termos desta Escritura e do referido contrato constituirão, obrigações legais, válidas, vinculantes, exigíveis e exequíveis de acordo com seus termos e condições, observado que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tais obrigações não se encontram subordinadas a qualquer outra dívida quirografária da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (d) a celebração desta Escritura, do Contrato de Colocação e a Emissão das Debêntures foram devidamente autorizados pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (i) seu estatuto social; ou (ii) qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;
- (e) a celebração desta Escritura, do Contrato de Colocação e a Emissão das Debêntures não infringem qualquer (i) disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que os afete ou qualquer de seus bens ou propriedades; (ii) contrato ou instrumento do qual sejam parte; ou (iii) obrigação anteriormente assumidas, nem irão resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, sendo que nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento das obrigações nos termos desta Escritura e do Contrato de Colocação ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da presente Escritura na JUCERJA e pelo registro das Debêntures na CETIP, os quais estarão em pleno vigor e efeito na data da primeira subscrição das Debêntures;




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

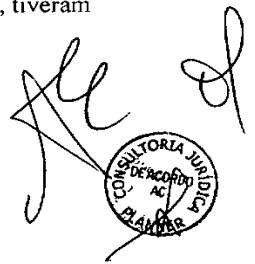
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



869295

- (f) não omitiu ou omitirá nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (g) seus balanços patrimoniais, datados de 31 de dezembro de 2013, e as correspondentes demonstrações de resultado, cujas cópias foram fornecidas ao Agente Fiduciário, apresentam de maneira adequada suas situações financeiras e de suas subsidiárias nas aludidas datas e os resultados operacionais referentes aos períodos encerrados em tais datas;
- (h) suas informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, (i) não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, (ii) não houve qualquer operação os envolvendo fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para os Debenturistas, e (iii) não houve qualquer alteração aumento substancial do endividamento da Emissora;
- (i) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura;
- (j) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (k) não tem conhecimento, na data desta Escritura, de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou em suas respectivas controladas, em suas respectivas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura;
- (l) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM nº 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;
- (m) as informações e declarações contidas nesta Escritura são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes;
- (n) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes para assumir, em nome de cada um, as obrigações ora estabelecidas e, em sendo mandatários, tiveram

21




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;

- (o) está de acordo, em todos os aspectos relevantes, com as leis, regulamentos e licenças ambientais previstos na legislação brasileira em vigor e aplicáveis à Emissora, e não tem conhecimento de quaisquer circunstâncias que possam razoavelmente embasar uma ação ambiental contra si, nos termos de qualquer lei ambiental aplicável;
- (p) não utilizará seus recursos para o pagamento de contribuições, presentes ou atividades de entretenimento ilegais ou qualquer outra despesa ilegal relativa a atividade política;
- (q) não realizou ou realizará ação destinada a facilitar uma oferta, pagamento ou promessa ilegal de pagar, bem como ter aprovado ou aprovar o pagamento, a doação de dinheiro, propriedade, presente ou qualquer outro bem de valor, direta ou indiretamente, para qualquer "oficial do governo" (incluindo qualquer oficial ou funcionário de um governo ou de entidade de propriedade ou controlada por um governo ou organização pública internacional ou qualquer pessoa agindo na função de representante do governo ou candidato de partido político) a fim de influenciar qualquer ação política ou obter uma vantagem indevida com violação da lei brasileira aplicável;
- (r) não realizou ou realizará qualquer pagamento ou tomarão qualquer ação relativa a pagamento que viole a legislação brasileira aplicável;
- (s) não realizou ou realizará ato de corrupção, pagamento de propina ou de qualquer outro valor ilegal, bem como não influenciou o pagamento de qualquer valor indevido;
- (t) conduz seus negócios em conformidade com a legislação anticorrupção brasileira aplicável à qual está sujeita, bem como mantém políticas e procedimentos elaborados para garantir a contínua conformidade com referidas normas e por meio do compromisso e da garantia mencionada aqui (em conjunto, "Obrigações Anticorrupção");
- (u) deverá informar no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, por escrito, ao Agente Fiduciário, detalhes de qualquer violação relativa às Obrigações Anticorrupção que eventualmente venha a ocorrer; e
- (v) deve (a) sempre cumprir estritamente as Obrigações Anticorrupção; e (b) enviar melhores esforços para monitorar seus colaboradores, agentes e pessoas ou entidades que estejam agindo por sua conta, tendo como objetivo o cumprimento das Obrigações Anticorrupção.

22

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



869297

CLÁUSULA VIII DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Do Agente Fiduciário

A Emissora neste ato constitui e nomeia a PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., qualificada no preâmbulo desta Escritura, como Agente Fiduciário desta Emissão, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar os Debenturistas perante a Emissora.

23

8.2. Substituição

- 8.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, inadimplemento de suas obrigações constantes desta Escritura, da legislação aplicável ou das normas da CVM ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, os Debenturistas escolherão novo agente fiduciário, devendo a Emissora ser notificada, por escrito, de referida nomeação.
- 8.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, inclusive no caso da alínea (b) do item 8.3.1 abaixo, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.
- 8.2.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista triplíce apresentada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.
- 8.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de comunicação prévia à CVM, devendo realizar-se em atendimento aos requisitos previstos na Instrução CVM 28, bem como de aditamento à presente Escritura, o qual deverá ser arquivado na JUCERJA.
- 8.2.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.
- 8.2.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva

21

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2

substituição, à Emissora. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGPM.

8.2.7. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos deste item 8.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora e/ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) dias úteis antes de sua efetiva substituição, todas as cópias dos registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a presente Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura.

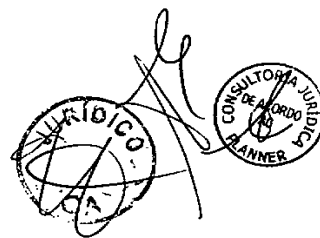
24

8.2.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

8.3. Deveres

8.3.1. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (d) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, quando for o caso, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (e) acompanhar a ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos na Cláusula V desta Escritura e informar os Debenturistas, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da data que tiver ciência, sobre qualquer descumprimento das referidas obrigações ou da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;



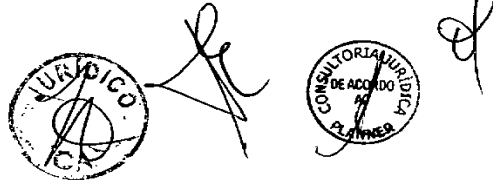
25



- (f) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (g) acompanhar o cumprimento na prestação periódica de informações obrigatórias;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado por qualquer Debenturista, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora, que deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias da data de solicitação;
- (i) elaborar e encaminhar aos Debenturistas relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros, organograma societário da Emissora, o qual deverá conter, inclusive, os controladores diretos, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas controladas pela OA, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, devendo ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado, observado o disposto na Instrução CVM nº 476;
 - (v) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

25

23



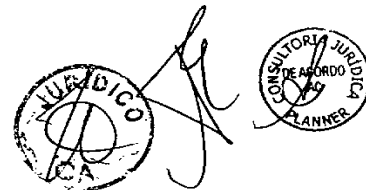

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



- (vii) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
- (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
- (ix) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: denominação da companhia ofertante; valor da emissão; quantidade de debêntures emitidas; espécie; prazo de vencimento das debêntures; tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
- (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (j) colocar à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, disponibilizar o relatório de que trata a alínea (i) acima, ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
- (ii) na sede do Agente Fiduciário;
- (iii) na CVM;
- (iv) na CETIP; e
- (v) na sede da instituição intermediária líder responsável pela colocação das Debêntures;
- (k) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;
- (l) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;
- (m) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificadamente, auditoria extraordinária na Emissora;
- (n) convocar, quando entender necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 10.6 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;

26



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

- (o) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (p) comunicar aos Debenturistas, às expensas da Emissora, na forma do item 10.6 desta Escritura, que o relatório mencionado na alínea (i) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (j) acima;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (r) notificar os Debenturistas, no prazo máximo de 7 (sete) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM;
- (s) disponibilizar, aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado através de sua central de atendimento e/ou *website*, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a ser calculado pela Emissora em conjunto com o Agente Fiduciário; e
- (t) acompanhar com o Banco Liquidante em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.

8.4. Remuneração do Agente Fiduciário

- 8.4.1. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga, durante o prazo de vigência da presente Emissão, em parcelas anuais de R\$8.000,00 (oito mil reais) cada, sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a celebração desta Escritura, e as demais, a cada aniversário anual da data do primeiro pagamento.
- 8.4.2. A remuneração será acrescida dos seguintes tributos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.



[Handwritten signature]



869302

8.4.3. As parcelas previstas no item 8.4.1 acima serão atualizadas pelo IGPM ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data prevista para o pagamento da primeira parcela, calculadas *pro rata die*, se necessário.

8.4.4. Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura ou em caso de reestruturação prévia das condições das debêntures após a subscrição, será devida, ao Agente Fiduciário, remuneração adicional correspondente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado a: (a) assessoria aos titulares das Debêntures, (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os titulares das Debêntures, (c) implementação das consequentes decisões dos titulares das Debêntures e da Emissora; e (d) execução do Contrato de Suporte ou das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado.

28

8.4.5. A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

8.4.6. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGPM, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

8.4.7. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma desta Escritura, será acrescido à dívida da Emissora e gozará do mesmo grau de preferência das Debêntures.

8.5. Despesas

8.5.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

8.5.2 O ressarcimento a que se refere o item 8.5.1 acima será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis, contados da realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

8.5.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais e administrativos, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os

26



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas razoáveis reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

29

8.6. Atribuições Específicas

8.6.1. Observadas as disposições da presente Escritura, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto na Cláusula V desta Escritura;
- (b) requerer a falência da Emissora;
- (c) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

8.6.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) do item 8.6.1 acima, mediante renúncia específica dos Debenturistas, nos termos do item 5.3 desta Escritura.

8.6.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora.

27



28


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



8.6.4. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8.6.5. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

30

8.6.6. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.

8.7. Declaração do Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário declara:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, §3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (d) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (e) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil, conforme alterada;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não infringir, pela celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas, qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

28



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



869305

- (h) constituir esta Escritura uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (i) ter delegado poderes bastante para tanto a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura;
- (j) ter verificado, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento; e
- (k) não ter qualquer ligação com a Emissora ou empresas ligadas a essas entidades, nos termos do art. 10, inciso I, da Instrução CVM 28, ou conhecimento de fato que o impeça plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

31

8.8. Na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário identificou que presta serviço de agente fiduciário nas seguintes emissões:

a) 1ª Emissão Privada de Debêntures da ODEBRECHT AMBIENTAL - JAGUARIBE S.A.:

Emissora:	Odebrecht Ambiental – Jaguaribe S.A.
Emissão:	1ª Emissão
Valor da emissão:	R\$53.104.000,00 (cinquenta e três milhões, cento e quatro mil reais)
Quantidade de debêntures emitidas:	53.104 (cinquenta e três mil, cento e quatro)
Espécie:	Garantia Real
Prazo de vencimento:	01 de dezembro de 2020
Garantias:	Penhor (i) dos Direitos Creditórios da Locação; (ii) dos Direitos Creditórios oriundos da Conta Restrita B e (iii) das Ações Jaguaribe; e (iv) Garantia Fidejussória
Eventos de resgate:	Aplicável, nos termos da cláusula 4.20.1 da respectiva Escritura
Amortização:	Mensalmente, a partir de 01 de setembro de 2011
Conversão:	Não conversível em ações
Repactuação:	Não se aplica
Inadimplemento:	A Emissora encontra-se adimplente com suas obrigações

b) 1ª Emissão Privada de Debêntures da AQUAPOLO AMBIENTAL S.A.:

29



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



Emissora:	Aquapolo Ambiental S.A.
Emissão:	1ª Emissão
Valor da emissão:	R\$ 326.732.000,00 (trezentos e vinte e seis milhões e setecentos e trinta e dois mil reais)
Quantidade de debêntures emitidas:	326.732 (trezentos e vinte e seis mil, setecentos e trinta e duas)
Espécie:	Garantia Real
Prazo de vencimento:	01 de agosto de 2029
Garantias:	(i) alienação fiduciária da totalidade das ações da Emissora; (ii) cessão fiduciária de Direitos Creditórios e; (iii) Fiança bancária
Eventos de resgate:	Aplicável, nos termos da cláusula 5.10 da respectiva Escritura
Amortização:	Mensalmente, a partir de 01 de dezembro de 2013
Conversão:	Não conversível em ações
Repactuação:	Não se aplica
Inadimplemento:	A Emissora encontra-se adimplente com suas obrigações

32

c) 1ª Emissão de Debêntures da ODEBRECHT TRANSPORT PARTICIPAÇÕES S.A.:

Emissora:	Odebrecht Transport Participações S.A.
Emissão:	1ª Emissão
Valor da emissão:	R\$390.000.000,00 (trezentos e noventa milhões reais)
Quantidade de debêntures emitidas:	39 (trinta e nove)
Espécie:	Garantia flutuante
Prazo de vencimento:	27 de dezembro de 2020
Garantias:	Espécie flutuante, sem garantia adicional
Eventos de resgate:	Aplicável, nos termos da cláusula 5.1. da respectiva Escritura
Amortização:	Anualmente, a partir de 27 de dezembro de 2013
Conversão:	Não conversível em ações
Repactuação:	Não se aplica
Inadimplemento:	A Emissora encontra-se adimplente com suas obrigações

d) 1ª Emissão de Debêntures da ODEBRECHT AMBIENTAL MANSO S.A.:

Emissora:	Odebrecht Ambiental Manso S.A.
-----------	--------------------------------

30




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



Emissão:	1ª Emissão
Valor da emissão:	R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais)
Quantidade de debêntures emitidas:	130 (cento e trinta)
Espécie:	Com garantia real, a ser convolada em quirografária
Prazo de vencimento:	18 de dezembro de 2014
Garantias:	(i) Penhor da totalidade das ações de emissão da Emissora e (ii) cessão fiduciária dos direitos emergentes
Eventos de resgate:	Aplicável, nos termos dos itens 4.16 e 4.17 da respectiva Escritura
Amortização:	Integralmente pago na data de vencimento
Conversão:	Não conversíveis em ações
Repactuação:	Não se aplica
Inadimplemento:	A Emissora encontra-se adimplente com suas obrigações

33

e) 2ª Emissão de Debêntures da ODEBRECHT AMBIENTAL - REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE/GOIÂNIA SPE S.A.

Emissora:	Odebrecht Ambiental – Região Metropolitana do Recife/Goiânia SPE S.A.
Emissão:	2ª Emissão
Valor da emissão:	R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais)
Quantidade de debêntures emitidas:	130.000 (cento e trinta mil)
Espécie:	Quirografária a ser convolada em espécie com garantia real
Prazo de vencimento:	18 de agosto de 2015
Garantias:	Serão constituídos o (i) Penhor da totalidade das ações de emissão da Emissora e (ii) cessão fiduciária de direitos emergentes e direitos creditórios
Eventos de resgate:	Aplicável, nos termos do item 4.1.23 da respectiva Escritura
Amortização:	Integralmente pago na data de vencimento
Conversão:	Não conversíveis em ações
Repactuação:	Não se aplica
Inadimplemento:	A Emissora encontra-se adimplente com suas obrigações

8.9. O Agente Fiduciário, neste ato, assegura e assegurará, nos termos do § 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas no item 8.8 acima, bem como aos Debenturistas da presente Emissão.



[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



869308

CLÁUSULA IX
ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembleia Geral de Debenturistas, aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações ("Assembleia Geral de Debenturistas").

34

9.1. Convocação

9.1.1. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação ou pela CVM. Aplica-se, à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas, inclusive os prazos de convocação previstos no inciso I do § 1º do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, enquanto a Emissora for companhia fechada.

9.1.2. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

9.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

9.3. Quorum de Deliberação

9.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no item 9.3.2, abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de titulares de, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação.

32



34

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



9.3.2. Não estão incluídos no quorum referido no item 9.3.1, acima:

- (a) os quoruns expressamente previstos em outros itens desta Escritura; e
- (b) as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação: (i) da Remuneração; (ii) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; (iii) da espécie das Debêntures; e/ou (iv) dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições deste item 9.3.

35

9.4. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures em Circulação ou àquele que for designado pela CVM.

CLÁUSULA X
DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2 Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura, bem como seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.3 Irrevogabilidade

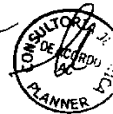
Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

10.4 Independência das Disposições da Escritura e Interpretação dos Títulos dos Itens

- 10.4.1 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento,



[Handwritten signature]



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



869310

comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

- 10.4.2 Os títulos das Cláusulas e itens desta Escritura são ilustrativos e para referência e não terão nenhum efeito para a interpretação desta Escritura.

10.5 Título Executivo Extrajudicial

Toda e qualquer quantia devida a qualquer das partes por força desta Escritura poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

10.6 Publicidade e Comunicações

- 10.6.1 Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no DOERJ e no jornal Diário Mercantil, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – internet, a saber: é www.odebrechtambiental.com.br.

- 10.6.2 As comunicações a serem enviadas para a Emissora, o Agente Fiduciário ou a CETIP, nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Emissora: Odebrecht Ambiental - Macaé S.A.
Avenida Ruy Barbosa, 1.011, 5º andar, Centro
Macaé – RJ
CEP: 27910-362
Tel: (22) 2141-7444
At.: Bruno Cohn
E-mail: investimentomacaee@foz.com.br / bcohn@odebrecht.com

Agente Fiduciário: Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.900, 10º andar, Itaim Bibi
São Paulo – SP
CEP: 04538-132
Tel: (11) 2172-2628
Fax: (11) 3078-7264
At.: Sra. Viviane Rodrigues
E-mail: vrodriques@planner.com.br; tlima@planner.com.br;
fiduciario@planner.com.br



36

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral



CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados
Endereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663 - 1º andar
CEP: 01452-0001 – São Paulo/SP
Tel: (11) 3111-1400 ou (11) 2138-1400
Fax: (11) 3111-1563
At.: Fábio Benites
E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

37

10.6.3 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.6.4 A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

10.7 Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se a data de cumprimento da obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

10.8 Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.9 Arbitragem

10.9.1. Sem prejuízo da possibilidade de o Agente Fiduciário iniciar, no foro da cidade de São Paulo, execução por quantia certa fundada nesta Escritura, os Debenturistas, o Agente Fiduciário e a Emissora envidarão seus melhores esforços para alcançar um acordo sobre uma disputa, controvérsia ou demanda oriunda, ou relacionada a esta Escritura, incluindo, sem limitação, qualquer questão relacionada com a existência, validade, rescisão ou violação do presente instrumento (“Controvérsia”).

10.9.2. Inclui-se no conceito de Controvérsia, sem limitação, os embargos do devedor à execução por quantia certa fundada nesta Escritura, que serão substituídos pela arbitragem.

10.9.3. Toda e qualquer Controvérsia será obrigatória, exclusiva e definitivamente resolvida por meio de arbitragem, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento do Centro de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“Câmara” e “Regulamento”,



Handwritten signature.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



869312

respectivamente) por tribunal arbitral composto por três árbitros, indicados de acordo com citado Regulamento ("Tribunal Arbitral"). A administração e o correto desenvolvimento do procedimento arbitral caberão ao Tribunal Arbitral. O procedimento arbitral terá: (i) lugar na Cidade de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral; (ii) como idioma oficial o Português; e (iii) como lei aplicável a da República Federativa do Brasil. O Tribunal Arbitral deverá aplicar primeiro as cláusulas desta Escritura e, na omissão, o disposto na legislação brasileira. Ressalta-se que, no caso de conflito entre as normas legais, prevalecerá o previsto nesta Escritura.

38

- 10.9.4. A parte interessada notificará a Câmara sobre sua intenção de começar a arbitragem, conforme as normas de seu Regulamento.
- 10.9.5. A recusa, por qualquer parte, em celebrar termos de referência ou compromisso de arbitragem não impedirá que a arbitragem se desenvolva e se conclua validamente, ainda que à revelia, e que a sentença arbitral assim proferida seja plenamente vinculante e eficaz às partes.
- 10.9.6. A sentença arbitral será proferida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Nenhum recurso caberá contra a sentença arbitral, a qual terá, para a Emissora, o Agente Fiduciário e os Debenturistas, o valor de decisão final e irrecorrível.
- 10.9.7. O Agente Fiduciário, os Debenturistas e a Emissora poderão requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares urgentes que não possam ser obtidas em tempo na arbitragem, sem prejuízo do julgamento do mérito pelo Tribunal Arbitral e não pelo Poder Judiciário. Quando a lei exigir que o autor da ação cautelar ajuíze ação principal ou equivalente, entender-se-á como tal a instituição da própria arbitragem. Em qualquer hipótese, o processo judicial se extinguirá sem resolução de mérito tanto que o Tribunal Arbitral conceda, confirme, altere ou revogue a medida cautelar. As partes reconhecem ainda que a necessidade de buscar qualquer medida cautelar no Poder Judiciário não é incompatível com esta cláusula compromissória, nem constitui renúncia à execução da cláusula compromissória ou sujeição das partes à arbitragem.
- 10.9.8. Fica eleito o foro central da comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tão somente para apreciar as medidas previstas no item 10.9.7 acima e para a execução das sentenças arbitrais, renunciando a Emissora, os Debenturistas e o Agente Fiduciário a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam esta Escritura, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

São Paulo, 13 de outubro de 2014

36



[Assinatura]

[Assinatura]
Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAE S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2

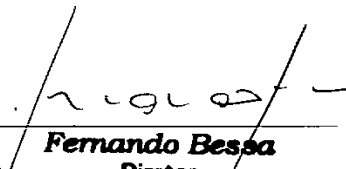


869313

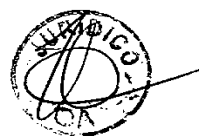
Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Espécie Quirografária, celebrada entre Odebrecht Ambiental - Macaé S.A., como emissora, e Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., como agente fiduciário e representante dos debenturistas, em 13 de outubro de 2014

ODEBRECHT AMBIENTAL - MACAÉ S.A.
NA QUALIDADE DE EMISSORA

39


Nome: **Fernando Bessa**
Cargo: **Diretor**
ODEBRECHT Ambiental


Nome: **Bruno Cohn**
Cargo: **Procurador**
ODEBRECHT Ambiental




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: ODEBRECHT AMBIENTAL MACAÉ S A
Nire: 33300304819
Protocolo: 0020143568108 - 14/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 15/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 64B702A60C5480600A57BF1E795AA88EF14243284BE2F31EDD8839F956A52D9D
Arquivamento: ED33000570-000/2



869314

Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Espécie Quirografária, celebrada entre Odebrecht Ambiental - Macaé S.A., como emissora, e Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., como agente fiduciário e representante dos debenturistas, em 13 de outubro de 2014

40

PLANNER TRUSTEE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,
NA QUALIDADE DE AGENTE FIDUCIÁRIO E REPRESENTANTE DOS DEBENTURISTAS

Nome: Viviane Rodrigues
Cargo: Diretora

Ana Eugênia J.S. Queiroga,
Procuradora





869315

Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Espécie Quirografária, celebrada entre Odebrecht Ambiental - Macaé S.A., como emissora, e Planner Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., como agente fiduciário e representante dos debenturistas, em 13 de outubro de 2014

TESTEMUNHAS:

Adriana Maria Quint
Nome: ADRIANA MARIA QUINT
RG: 4.371.351-SSP/SP

Aline Cunto
Nome: Aline Cunto
RG: 33.532.253-0

